

Fábio Leme

FIBROMIALGIA E A LEI Nº 15.176/2025: seus direitos e o caminho para o reconhecimento



Fábio Leme

**FIBROMIALGIA
E A LEI Nº 15.176/2025:
seus direitos e o caminho
para o reconhecimento**

Frôntis  Editorial
São Paulo/SP
2025

Copyright© 2025 Fábio Leme

Todos direitos reservados. Proibida a tradução, versão ou reprodução, mesmo que parcial, por quaisquer processos mecânicos, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização por escrito do autor.

1ª edição - agosto de 2025

Capa e Produção Editorial: *Ricardo Sterchele*
www.frontis.com.br



Sobre o autor

Fábio de Souza Leme, advogado, formado em Direito pela Universidade Católica de Brasília e em Administração pela Universidade de Brasília. Especializado em Direito Previdenciário. Advogado do SINPAF, Seção Sindical Cerrados, já representou diversas entidades sindicais e associações.

Sumário

Sobre o autor	4
Introdução	
Uma nova era para a fibromialgia no Brasil	8
Capítulo 1	
Contexto da Fibromialgia no Brasil	10
1.1 Definição e sintomas da Fibromialgia.	10
1.2 Impacto da doença na vida dos pacientes	11
1.3 Evolução do reconhecimento legal da condição	13
Capítulo 2	
A Lei nº 15.176/2025: o marco legal da inclusão	16
2.1 O que muda com a nova lei?	16
2.2 A importância do reconhecimento da fibromialgia como deficiência.	17
2.3 Vigência da lei: preparando-se para 2026.	18
Capítulo 3	
A avaliação biopsicossocial: a chave para o reconhecimento . . .	19
3.1 O que é a avaliação biopsicossocial?	19
3.2 A equipe multiprofissional e interdisciplinar: quem avalia? . . .	20
3.3 Critérios da avaliação: além da dor, o impacto na vida	20
3.4 A diferença entre perícia médica e avaliação biopsicossocial . .	21

Capítulo 4

Documentação essencial: o que reunir desde já 23

4.1 Laudos e exames médicos: a base do seu processo 23

4.2 Relatórios de acompanhamento multidisciplinar (fisioterapia, psicologia etc.) 24

4.3 Registros pessoais: o diário da dor e suas limitações 24

4.4 Documentos sociais e trabalhistas: comprovando o impacto na vida diária. 25

4.5 Dicas de organização e armazenamento de documentos 26

Capítulo 5

Como entrar no Meu INSS e pedir a aposentadoria PCD 27

5.1 Acessando o Meu INSS: seu portal de serviços previdenciários . 27

5.2 Solicitando a aposentadoria PCD: passo a passo no Meu INSS . 28

5.3 Dicas importantes para o processo online. 29

Capítulo 6

Preparando-se para a perícia: avaliação e dicas práticas 31

6.1 Como se comportar e o que dizer na avaliação 31

6.2 A importância da honestidade e do detalhamento. 32

6.3 O que NÃO fazer durante a avaliação 32

6.4 O papel do acompanhante (se houver) 33

Capítulo 7

Os impactos na vida profissional: novas perspectivas. 34

7.1 Adaptações no ambiente de trabalho: seus direitos como PCD. . 34

7.2 Cotas em empresas e concursos públicos 35

7.3 Reabilitação profissional e programas de inclusão 36

7.4 Aposentadoria por invalidez e auxílio-doença: Entendendo os benefícios 37

Capítulo 8

Aposentadoria da pessoa com deficiência (PCD): um novo horizonte38

8.1 Comparativo: aposentadoria PCD vs. aposentadoria normal38

8.2 Graus de deficiência e tempo de contribuição (leve, moderada, grave)40

8.3 Idade mínima e cálculo do benefício: as vantagens da aposentadoria PCD40

8.4 Como solicitar a aposentadoria PCD com fibromialgia.41

Capítulo 9

Outros direitos adquiridos com a lei43

9.1 Isenções fiscais (IPVA e IPI na compra de veículos)43

9.2 Atendimento preferencial e acessibilidade43

9.3 Benefício de Prestação Continuada (BPC/LOAS) para fibromiálgicos.44

9.4 Programas de saúde e assistência social45

Capítulo 10

Vivendo com Fibromialgia após a lei: um guia para a nova realidade46

10.1 Empoderamento e auto-advocacia: assumindo o controle. . . .46

10.2 A importância do autocuidado e do acompanhamento contínuo .47

10.3 Desmistificando a fibromialgia: Combatendo o preconceito . .47

10.4 Rede de apoio: a força da comunidade48

Conclusão

Um futuro mais justo e inclusivo49

Bibliografia51

Introdução

Uma nova era para a fibromialgia no Brasil

A promulgação da Lei nº 15.176/2025 representa um divisor de águas na luta por reconhecimento e dignidade das pessoas com fibromialgia no Brasil. Por décadas, essa condição crônica, marcada por dores intensas e uma fadiga debilitante, foi relegada à invisibilidade, deixando um rastro de sofrimento silencioso e incompreensão. A alteração legislativa que reconhece a fibromialgia como deficiência para todos os efeitos legais não é apenas uma mudança no papel; é a materialização da esperança e o ponto de partida para uma nova realidade, mais justa e inclusiva.

Este e-book nasceu da necessidade de traduzir o texto da lei em informações práticas e acessíveis, com o objetivo de orientar os segurados portadores de fibromialgia sobre seus novos direitos e como efetivamente exercê-los. Acreditamos que o conhecimento é a ferramenta mais poderosa para a transformação social e individual. Por isso, este material foi cuidadosamente elaborado para levar informação de qualidade e gratuita a quem mais precisa, desmistificando o jargão jurídico e oferecendo um passo a passo claro e objetivo.

Ao longo destas páginas, você encontrará um guia completo sobre a Lei nº 15.176/2025, desde a compreensão da avaliação biopsicossocial até as dicas práticas para reunir a documentação necessária e se preparar para a perícia. Abordaremos os impactos da nova legislação na vida profissional, os direitos previdenciários, como a aposentadoria da pessoa com deficiência, e outros benefícios que agora estão ao seu alcance. Nosso compromisso é empoderar você, segurado, para que possa navegar neste novo cenário com segurança e confiança, transformando a letra da lei em uma melhora real na sua qualidade de vida. Este é um convite para que você conheça seus direitos e se aproprie deles, construindo um futuro com mais respeito, dignidade e bem-estar.

Capítulo 1

Contexto da Fibromialgia no Brasil

1.1 Definição e sintomas da Fibromialgia

A fibromialgia é uma condição crônica que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, incluindo um número considerável de brasileiros. Essa síndrome é marcada por dor generalizada e a presença de múltiplos pontos dolorosos, manifestando-se de formas diversas que dificultam seu diagnóstico e tratamento. Além da dor, os pacientes frequentemente enfrentam fadiga crônica, distúrbios do sono e problemas cognitivos, como dificuldades de concentração e lapsos de memória. Esses sintomas não apenas comprometem a saúde física, mas também impactam profundamente a qualidade de vida e o bem-estar emocional dos indivíduos.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a fibromialgia é reconhecida como uma condição que pode prejudicar significativamente a funcionalidade diária dos pacientes. Estudos recentes, como o publicado na revista *Rheumatology International* em 2023, indicam que a prevalência da fibromialgia varia entre 2% e 8% da população, com uma incidência maior em mulheres. Essa diferença de gênero sugere que fatores hormonais e sociais podem influenciar a manifestação da doença.

Os sintomas da fibromialgia são variados e podem se apresentar de maneiras distintas entre os pacientes. A dor, o sintoma mais característico, é frequentemente descrita como uma sensação de queimação, rigidez ou dor profunda, afetando diversas partes do corpo. A fadiga crônica é outro sintoma comum, levando os pacientes a relatar uma sensação constante de cansaço, mesmo após longos períodos de descanso. Essa fadiga pode ser debilitante, dificultando a realização de atividades cotidianas e impactando negativamente a vida social e profissional.

Os distúrbios do sono são uma característica marcante da fibromialgia. Muitos pacientes relatam dificuldades para adormecer, insônia ou sono não reparador, o que contribui para a sensação de cansaço e agrava outros sintomas. Um estudo realizado pela Universidade de São Paulo em 2023 revelou que até 70% dos pacientes com fibromialgia apresentam algum tipo de distúrbio do sono, criando um ciclo vicioso que é difícil de romper.

1.2 Impacto da doença na vida dos pacientes

A fibromialgia é uma condição crônica que se manifesta por meio de dor generalizada e uma variedade de sintomas que comprometem a qualidade de vida dos pacientes. Seu impacto vai além das limitações físicas, afetando as atividades cotidianas, os relacionamentos interpessoais e o bem-estar emocional. Com a implementação da Lei nº 15.176/2025, que busca aprimorar o diagnóstico e tratamento da fibromialgia, é fundamental compreender como essas mudanças podem transformar a vida dos pacientes.

Os indivíduos que convivem com a fibromialgia frequentemente enfrentam desafios significativos em suas rotinas diárias. A dor crônica pode dificultar a realização de tarefas simples, como levantar-se da cama, realizar atividades domésticas ou manter um

emprego. Um estudo da Universidade de São Paulo, realizado em 2023, revelou que 70% dos pacientes relataram dificuldades em manter um emprego estável devido à intensidade dos sintomas, resultando em perda de renda e insegurança financeira. Essa situação não apenas compromete a saúde física, mas também gera um ciclo de estresse e ansiedade que agrava ainda mais a condição.

Além das dificuldades no trabalho, a fibromialgia impacta profundamente os relacionamentos pessoais. Muitos pacientes se sentem incompreendidos por amigos e familiares, que podem não reconhecer a gravidade da dor e do cansaço associados à doença. Isso pode levar ao isolamento social, já que muitos evitam interações sociais para não expor suas limitações. De acordo com uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2024, 65% dos pacientes com fibromialgia relataram sentir-se isolados socialmente, o que pode resultar em depressão e outras condições de saúde mental.

O bem-estar emocional dos pacientes é, portanto, uma preocupação central. A fibromialgia não se resume apenas à dor física; ela está intimamente ligada a questões emocionais e psicológicas. Estudos recentes indicam que a prevalência de transtornos de ansiedade e depressão entre pacientes com fibromialgia é significativamente maior do que na população geral. Um levantamento da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2023 mostrou que cerca de 40% dos pacientes com fibromialgia também apresentam sintomas de depressão, ressaltando a necessidade de uma abordagem holística no tratamento da condição.

Com a nova legislação, espera-se uma melhoria na forma como a fibromialgia é tratada, tanto do ponto de vista médico quanto social. A inclusão da fibromialgia no Sistema Único de Saúde (SUS) garante que os pacientes tenham acesso a tratamentos e me-

dicamentos que antes não estavam disponíveis, facilitando o manejo dos sintomas e, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida. Além disso, as diretrizes para capacitação de profissionais de saúde são essenciais para assegurar que médicos e terapeutas estejam preparados para lidar com a complexidade da doença, oferecendo um atendimento mais eficaz e empático.

1.3 Evolução do reconhecimento legal da condição

O reconhecimento legal da fibromialgia no Brasil passou por uma transformação significativa ao longo dos anos, refletindo mudanças nas percepções sociais e nas políticas públicas relacionadas a essa condição crônica. Durante muito tempo, a fibromialgia foi subdiagnosticada e mal compreendida, resultando em tratamentos inadequados e na marginalização dos pacientes. No entanto, com o avanço das pesquisas e o aumento da conscientização sobre a doença, a abordagem legislativa começou a mudar, promovendo a inclusão da fibromialgia em programas de saúde e assistência social.

A trajetória de reconhecimento legal da fibromialgia ganhou força nos anos 2000, quando a condição começou a ser discutida de forma mais ampla em fóruns médicos e sociais. Nesse período, surgiram iniciativas para incluir a fibromialgia nas listas de doenças reconhecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), embora muitos profissionais de saúde ainda apresentassem resistência e falta de entendimento. Essa resistência estava frequentemente relacionada à natureza subjetiva dos sintomas da fibromialgia, que incluem dor crônica, fadiga e distúrbios do sono, dificultando o diagnóstico e o tratamento adequados.

Com o passar do tempo, a pressão de grupos de defesa dos direitos dos pacientes e a mobilização de associações de fibromialgia contribuíram para aumentar a visibilidade da condição. Estudos